

Capítulo 12

A gripe pneumónica no Portugal republicano: o olhar dos escritores e dos fotógrafos

Introdução

Em 1918-1919, uma fulminante gripe pneumónica devastou o mundo inteiro. Foi uma das piores pandemias da História da humanidade: em poucos meses (Maio de 1918 a Junho de 1919) retirou a vida a mais de 40 milhões de pessoas, mais do dobro do que a Grande Guerra provocara em quatro anos e cerca de um terço da mortandade causada pela peste em seis séculos.¹ O reputado médico Ricardo Jorge (1919a) chamou-lhe então o «maior flagelo epidémico dos tempos modernos».

Para o Portugal republicano, este foi mais um rude golpe para a sobrevivência do seu regime, já atingido pela tragédia da intervenção na Grande Guerra e num contexto político-social muito conturbado. A pneumónica de 1918-1919 terá dizimado acima de 100 mil portugueses.²

Como foi percebida esta epidemia pela sociedade portuguesa, em especial por aqueles que puderam ser seus observadores imunes?

Neste texto analiso os ecos dessa epidemia na literatura ficcional e memorialista e nas imagens. E inquiri até que ponto esta tragédia foi rela-

¹ Sequeira (2001, 49). Silva (2006, 309) refere um total de vítimas inferior, 20 milhões de pessoas, *apud* John Campbell *et al.*, *História do Século XX*.

² Sequeira (2001, 54) alude a cerca de 55 mil mortes registadas na *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal no Ano de 1918*, às quais aduz óbitos posteriores e os causados por «doenças ignoradas ou desconhecidas», superando-se assim a barreira das 100 mil mortes. Oliveira Marques (1978, 16) refere 70 mil mortes. Recentemente, Frada (2005, 18) salientou que a estatística oficial coeva só registou 60 474 óbitos específicos (gripe e pneumonia), embora julgue ter havido muito mais mortandade.

cionada com a tensa conjuntura político-social coeva, e se ajudou ou não a reforçar uma imagem pessimista da situação do país e saídas ou posturas redentoras para a mesma. Para o enquadramento histórico da doença e da sua memória colectiva inspirei-me em autores como Revel e Peter (1987 [1974]) e Frank (1992), bem como em várias obras sobre a pneumónica e/ou o sidonismo.

A literatura de ficção: Sidónio quase eclipsa a epidemia

Na literatura de ficção publicada desde o eclodir da pneumónica (portanto, dos últimos 90 anos) constata-se a centralidade de Sidónio Pais e a escassez de alusões à pneumónica. A memorialística tem um perfil similar, fixada em Sidónio e/ou na participação lusa na «Grande Guerra» (e. g. Meneses 2000, 326-329; Silva 2000 ou 2006).

Com efeito, várias são as obras de ficção que, logo após o assassinato de Sidónio, procuram restituir-nos essa época, como se houvesse uma extrema necessidade de dar testemunho e opinião sobre um consulado e uma fase tidos como politicamente e socialmente «fracturantes». Regra geral, a avaliação é negativa para Sidónio, dependendo também do personagem que fala: havendo enredos historicamente e socialmente enquadrados, o lugar socialmente e politicamente determinado donde se fala também visa representar a divisão da própria sociedade da época.

É o romance histórico que aqui prevalece. Os autores em questão são José Lins do Rego (1936 [1935]), Pierre Benoit (1952), Alves Redol (1972), José Rodrigues Miguéis (1975), Álvaro Guerra (1982), Mário Cláudio (1984), Artur Villares (1988), Maria Velho da Costa (1989), Fernando Assis Pacheco (1993), Garcia Barreto (1994), Artur Portela (2003) e Joaquim Mestre (2006).

Destes 12 autores, menos de metade abordam a pneumónica: Alves Redol (1972), Mário Cláudio (1984), Artur Villares (1988), Fernando Assis Pacheco (1993) e Joaquim Mestre (2006). Tal é significativo, evidenciando o patamar de valorações e olvidos em jogo. São estes que revisitarei seguidamente.

Os Reinegros, de Redol, é um fresco da I República através do olhar do operariado da capital. Vai da esperança por este depositada no novo regime até à desilusão, causada pela persistência das extremas dificuldades sofridas pelo povo. O Armistício é um parêntesis breve, segue-se a greve geral e o colapso do sidonismo. Para Redol (1972) o que conta é a questão

social, sendo quase imperceptíveis as referências ao sidonismo; o regime é quase um *continuum*, uma sucessão de desencontros entre a nova governação e aquela que foi a sua primeva e mais abnegada base social de apoio. Neste sentido, pode ser lido a contracorrente das restantes obras de ficção que reflectem sobre este período. A fome e a guerra ocupam parte relevante da narrativa e estão na origem do descontentamento e da revolta popular (*idem*, 326-364). Segundo Redol, o *dezembrismo* é um crescendo de esgotamento colectivo para os desfavorecidos, misturando-se a saturação pela instabilidade social (numa crítica indirecta ao anarquismo, vinda dum escritor ligado ao rival PCP), a repressão política, a crise económica e a usurpação da riqueza por uns poucos:

As greves parciais não cessavam e o povo começava a cansar-se. Entre os salários e o custo de vida, aumentava o abismo, e só um grande movimento total poderia opor-se à ganância de uns tantos. Promoviam-se assembleias nos sindicatos, para ordenar os esforços de todos, realizavam-se comícios de exaltação e propaganda da greve geral. As prisões enchiam-se. (*Idem*, 364)

A gripe pneumónica completa o relato negro do quotidiano operário e popular desse final de 1918, trazendo o desenlace trágico iniciado na «Grande Guerra»:

A pneumónica alastrava, numa ceifa aterradora. Os cadáveres ficavam à porta dos cemitérios, esperando vez. Famílias inteiras desapareciam, aldeias despovoam-se. Não bastavam os transportes usuais para carregar os mortos. Era ainda o luto da guerra.

Os sinos das igrejas calavam-se, para que os doentes não dessem conta da mudança trágica da morte. Faltavam médicos – não havia remédios. Nos campos de batalha os soldados caíam – o fim era uma interrogação, preocupava todos.

QUANDO ACABARÁ?

Trazia-se o destino sobre os ombros. (*Ibidem*)

Amadeo é a reconstituição da vida e obra do famoso pintor modernista Amadeo de Souza-Cardoso, a partir das memórias recolhidas por Mário Cláudio (1984) junto de descendentes na sua quinta de Manhufe (Amarante). Daqui se lança num ficcionamento quase imperceptível, dada a sua grande carga documental e a reconstituição histórica. Em Setembro de 1918, e após uma carreira artística breve mas consistente, Amadeo contrai a pneumónica. Tinha então 31 anos. Não é o único; porém, naquele campo, só quando o flagelo atinge gente socialmente melhor co-

locada («ilustrados na leitura dos periódicos, titulares da terra») é que se dá o «alarme», pois «que no meio dos campestinos a morte é convívio de todas as horas» (Cláudio 1984, 107). Amadeo terá soçobrado ao «pânico», embora não o mostrasse. Tenta iludir os fantasmas pelo «desabafo» (a correspondência com o irmão António é disso reflexo) e pela atenção aos próximos, também eles atingidos pela doença (*idem*, 108). O quadro em redor é desolador: «Circulam as notícias pelo telégrafo, há acenos de amigos longínquos que vão tombando, intoleráveis expectativas de que decorra o tempo de incubação». Improvisam-se hospitais, por beneméritos como «Ana Guedes», «respeitabilíssima matrona local, vereadora e filantropa» que disponibiliza a sua casa. Tenta-se conter a contaminação através de cuidados higiénicos usados para debelar outras doenças:

Com o máximo dos zelos se marcam talheres e roupa branca, que a seguir se escaldam em água fervente [...Amadeo] desinfecta as mãos obsessivamente, empregando a infusão cuja fórmula alguém consignou a lápis na margem da última carta que escreve. É a «receita preventiva», constando de «álcool – 20 gr, mentol – 2 gr, ammoníaco – 10,50, – ether sulfúrico – 5,7» e de certa substância ilegível. [...] Transpirava-se de frio, mantinha-se o fogão perpetuamente atizado, aquecendo tisanas, derretendo linhaças, fazendo borbulhar a água das botijas. Mudavam-se os lençóis, queimava-se o incenso. (*Idem*, 108 e 110)

A situação acaba por afectar sobremaneira o seu trabalho e o seu quotidiano. Em desespero de causa, «Amadeo foge para Espinho, com os parentes já enfermos, na grande precipitação de se depurar na aragem do Atlântico» (*idem*: 108). É um Amadeo já pessimista e cansado que escreve ao irmão António a sua derradeira carta, datada de Outubro de 1918:

A [irmã] Gracita continua no mesmo estado. Na noite passada o termómetro acusou altíssima temperatura [...]. A [esposa] Lucia ontem não teve descanso mas hoje lá caiu na cama e lá está com febre e os característicos da gripe. A D. Judith não tem descanso de noite e de dia [...] Estou a ver quando ela cae e então é que ficamos sem pessoa que dê despacho a isto. Seja o que Deus quiser! Eu ando constipadíssimo[,] de vez em quando sinto bastante opressão no peito [e] tenho-me atirado ao vinho do Porto como prevenção. [...] E por ahí como se tem atravessado com essa fatalidade? Não sei quê que me diz que vae haver grande mudança na vida da nossa familia. Será pessimismo meu[,] oxalá! (*Idem*, 108-109)

Como referem Revel e Peter (1987 [1974], 200): «Quando, no sofrimento e na doença, aquele que sente o seu corpo infinitamente mortal

e cada vez mais fugace, tenta dizê-lo, ele só pode tomar a medida da distância que o separa do que vive.»

Cláudio detém-se nos sentimentos suscitados pela doença, dos mais extremos na condição humana:

Amadeo flutuava entre o pavor e a vontade que, na iminência da cessação de suas faculdades, ia também ela capitulando um pouco. Via definhar a mulher e os irmãos, tomava-se o pulso, examinava-se ao espelho, prescrevia-se receitas que eram um engano da sorte. [...] E Amadeo estremecia em face de quanto lhe cabia desempenhar. (*Idem*, 110)

No caso de Amadeo e do seu meio, tais sentimentos eram complementados pela piedade religiosa católica: «recitava-se a novena de Santa Teresinha do Menino Jesus. [...] Os sinos tocavam sem parança [...] Entra o padre, como se impõe, afobado e gentil, nas mãos lhe tomando as falanges entorpecidas.» (*Idem*, 110-111)

A Leva da Morte é um testemunho ficcionado dum aristocrata que teve que se fazer à vida como repórter na capital, mas pugnando pelas suas convicções enquanto patriota republicano engajado, embora com sentido crítico. O livro tem a forma de pequenas reportagens, escritas até final de 1933 (Villares 1988, 11), e acompanha o consulado sidonista nalguns dos seus pontos mais polémicos: as «aparições de Fátima», o golpe sidonista, a «leva da morte», o assassinato de Sidónio, etc.

As «aparições de Fátima» são descritas *in loco*, aquando da sua deslocação à Cova da Iria em 13 de Outubro de 1917, num olhar frontal e descoroçoado, que tem implícita uma condenação do irracionalismo colectivo que então crê presenciar na maioria dos presentes:

Desencantado, perguntei a uma senhora que limpava os olhos rubros com o avental:

– Onde foi?

O braço tremente e preto desenhou um círculo indefinido. Olhei de novo. Uma nuvem grossa envolvia o sol, deixando sair raios finos e dourados, que num instante se ocultaram completamente por detrás dessa massa espessa e roliça.

«Ali», pensei vagamente. «Ali». Instantes. Com precisão, enrolei um cigarro e pensei. «Ali». «Que dirá o Sanches [editor do jornal republicano pró-sidonista *A Luta*, para o qual trabalhava]?» Não lhe levava uma única linha!

[...fala dum seu amigo e camarada do jornal *O Século*:]

– O Amadeu de Freitas enviou-me aqui para fazer a reportagem desta palhaçada. Os batinas amanhã vão ouvir!

Meti-lhe o braço com intensa amizade e caminhámos atrás dessa chusma de crédulos, compradores néscios de ilusões mal embrulhadas. (Villares 1988, 15)

Esta descrição evoca as impressões verídicas dum jornalista que presenciou os eventos (Almeida 1992, 129-131), que figuram como epígrafe deste livro. O povo é não só encarado enquanto ávido de ilusões mas também como primeira vítima da situação de crise económica. A fome e a guerra marcam esse Outubro de 1917 e parecem estar na origem da busca de compensações espirituais:

Nesse Outubro de Fátima o pão era milagre. Rasgando Lisboa, filas de esfomeados, disputavam o alimento, babando a espuma da espera e mascando em seco a esperança das próximas searas. Rivalizando com as bichas para o pão e o açúcar e com o mercado negro do petróleo e do coque, alca-teias de desespero uivavam perante as listas dos mortos da Guerra. (Villares 1988, 18)

O autor fala ainda do contexto de crise generalizada que atravessou o *dezembrismo*, para o qual contribuíram as várias epidemias que grassaram em 1918-1919, assim se tornando fadoras da persistência da crise:

Nesse Outono [de 1918] sedento de sangue, a pneumonia violentava o país, de braço dado com a fome e a polícia. [...]

A pneumonia, essa aproximava-se sempre mais e mais e a morte dominava o país aterrorizado e moribundo.

O país morria nas prisões, nas mesas ermas de alimentos e nas camas gripadas dos hospitais, afundando-se. (*Idem*, 45 e 48)

Na intensa adversidade colectiva, Sidónio é visto como um anjo trágico: «Do fundo das enfermarias mergulhava o meu olhar naquele homem de bata branca, congregado a outras batas brancas, mas mais próximo, com o sincero coração magoado e pesaroso.» (*Idem*, 27) O romance centra-se num narrador-protagonista que tem o condão de nos dar um retrato intimista, ao mesmo tempo humano e desapiedado, do *Chefe* que segue até ao fim. Embora antecipando a desgraça anunciada, o protagonista confessa a sua adesão ao carisma do *Presidente-Rei*, como na descrição da sua recepção popular na cidade de Faro, em Fevereiro de 1918, um dos seus vários «banhos de multidão»:

Aquela imagem de Faro!

Naquele momento lembrei-me de Fátima. Uma onda vaga e enorme de cabeças movia-se, trémula e ansiosa, olhando uma varanda de ferro forjado.

Lá, estático, como que entre o céu e a terra, Sidónio pairava sobre as consciências néscias e crédulas, trementes e entusiastas, ávidas de aparições.

Momentaneamente, o sol libertou-se de uma teimosa nuvem de contornos bizarros e inundou clamorosamente Sidónio Pais que, brilhando, acenava misticamente.

Um burburinho atravessou a multidão (ou dentro de mim?) enquanto alguns braços gesticulavam o sinal da cruz e joelhos se derrubavam.

Uma voz sonante e aguda fendeu o ar:

– Viva Sidónio Pais! Salvador! Viva!!!

Ali mandava ele, Salvador da Pátria e portador de palavras afáveis e esperança para as nossas ilusões. (Villares 1988, 27)

O protagonista tem, portanto, plena consciência de que tal adesão é comparável à da multidão que critica nas «aparições de Fátima», assumindo as suas próprias contradições. Nem por isso desaparece o seu espírito crítico, como é patente quando alude à tentação ditatorial/messiânica em termos que expõem todo o paradoxo deste consulado político: «Lembrava-me do que Sidónio confidenciara uma vez, no Porto: ‘Creio que tenho uma missão divina a cumprir’.» (*Idem*, 35)

Trabalhos e Paixões de Benito Prada descreve a vida dum pobre galego raiano emigrado no Portugal republicano. Para Benito Prada, o protagonista deste romance, a política é algo em que tenta não envolver-se publicamente, preferindo concentrar-se no negócio da venda de vestuário. Debalde, pois a política neste tempo conturbado não deixa ninguém indiferente (acabará por assumir a sua inclinação para posições progressistas e democráticas, mesmo diante da polícia política salazarista). A miséria, as convulsões sociais e políticas, bem como a doença e a incerteza no futuro, estão omnipresentes na vida dos mais próximos. O seu conterrâneo Grego, chefe e depois companheiro de negócio em Aveiro, morre vitimado pela pneumónica: «O Grego morrerá da sua moléstia das vias, segundo ela, mas também se disse mais tarde que tinha sido uma das primeiras vítimas da influenza pneumónica, ou só pneumónica, como veio a ser registada.» (Pacheco 1993, 98)

O período do pós-guerra tem como cenário a cidade de Coimbra. A conjuntura sidonista é aí relatada nas suas cambiantes de atribuição e messianismo:

O dr. Sidónio Pais, ou simplesmente Sidónio, como se instalou na história portuguesa, surgia-lhe [ao dr. Malcata] fadado para transformar o país varrendo ao mesmo tempo os açambarcadores, os bombistas e os bolchevistas ateus, essa praga importada da estepe russa. Recortava dos jornais as reporta-

gens com os seus discursos; era sensível à República Nova, ou Ideia Nova, e sublinhara num folheto de João de Castro o solene parágrafo onde se lia que «o Herói que não teme, o Arcanjo combatendo o mal», viera trazer a Portugal «a sagração do Libertador». Fórmulas desta aqueciam o desalento e a orfanidade de 1918, quando ainda se combatia nas planícies dementadas da primeira Grande Guerra. (*Idem*, 101)

O protagonista também sofre o «embate da crise» nesse ano negro de 1918, com a retracção da procura e o aumento impressionante da miséria, da fome e do desespero, só parcialmente debeladas pela acção estatal, que em Coimbra cria dois refeitórios para necessitados:

Os têxteis iam mal, mas isso não era tudo porque a generalidade da população queixava-se e os mais famintos não se ensaiavam para assaltar armazéns de víveres e até mesmo mercearias. Duas Sopas dos Pobres, uma ideia cara ao novo presidente, tinham aberto na Rua da Sofia e em Almedina. As bichas de comensais eram dignas de ver-se. (*Ibidem*)

Também Benito tinha que se contentar com um almoço «a frio de um tacho que trazia» do quarto onde vivia, «fechando a porta do estabelecimento para não ser surpreendido.» (*Idem*, 112-113)

A alusão à etapa final de Sidónio é mais uma oportunidade para o narrador retomar o messianismo, a violência política e a irracionalidade instalada na sociedade portuguesa. (*Ibidem*)

Assis Pacheco refere ainda o impacto da epidemia na vizinha Espanha, que acabaria por vitimar forasteiros portugueses no ano seguinte:

Nas férias da Páscoa a Tuna Académica de Coimbra foi tocar à Galiza, onde também morria gente com a pneumónica. Um tocador de bandolim veio doente, e porque o hospital estivesse cheio internaram-no numa enfermaria militar, mas durou dois dias e depois dele morreu o porta-estandarte, cujo pai, anti-sidonista, culpou as autoridades da cidade por não lerem com olhos de ler a portaria da Câmara de Lisboa que mandava queimar barricadas de alcatrão nas ruas. (*Idem*, 103)

O facto de a epidemia ter chegado pela fronteira ajudou a reforçar o preconceito antiespanhol, condensado em ditos populares como «de Espanha nem bom vento nem bom casamento». Neste romance também se alude a esse fenómeno, na personagem dum cauteleiro belicoso, que, assim que sabe a naturalidade do protagonista, o brinda com uma ofensa daquele teor, culpabilizando os espanhóis por terem trazido a epidemia. (*Idem*, 121)

Este período conturbado, que impôs dificuldades económicas e perda de amigos a personagens desta saga luso-galega, teve tal impacto que ficou fortemente gravado na memória dos indivíduos. Como sentencia o galego Benito Prada, relativizando os cuidados da esposa pelo adoecimento duma filha: «Tragédia foi a pneumónica, nunca mais me hei-de esquecer. Morreu tanta gente que houve ruas que ficaram vazias.» (*Idem*, 197)

O Perfumista é o último romance aqui analisado e também aquele que mais investe na descrição do ambiente social de então em relação à pneumónica. Tem como pano de fundo a I Guerra Mundial, a Revolução Russa, as «aparições de Fátima» e a pneumónica, e tem como cenário a vila de Almorim, situada no Alentejo de entre Mértola e Alcoutim. Relata a história dum homem (Manuel Gasparim) que se apaixona por uma mulher (Maria Galariana), mais precisamente pelo seu odor, e que se torna perfumista, após anos como aprendiz numa loja da especialidade na capital.

Algum tempo após deflagrar a I Guerra Mundial, Manuel Gasparim é integrado no Corpo Expedicionário Português, para ir combater nos campos da Flandres. Meses depois corre o rumor de que terá morrido na frente de batalha (Mestre, 2006: 200). No entanto, no dia 15-9-1920 regressa no barco de carreira *Guadiana*, vindo de Alcoutim (*idem*: 240-242). Gasparim fecha-se em casa para retomar os perfumes, cuja fragrância enlouquece as mulheres e os homens, mexendo com a vida na pacata vila alentejana.

Entretanto, a pneumónica fizera muitas vítimas: a mulher, os amigos e muitos conterrâneos haviam morrido durante a sua ausência. A morte povoa o romance, a vida destes alentejanos, tal como a religião, melhor será dizer, as religiões, o sincretismo religioso, a superstição, as visões e a feitiçaria (*idem*: v. g. 75-82). A primeira vítima da pneumónica no livro é o segundo-sargento Francisco Joaquim Queiroz Alves, que contraíra a doença no *front* (*idem*, 193). É o jornal *O Bejense* que o noticia, a 19 de Junho de 1918. Seguem-se-lhe o soldado João Colaço e um marinheiro espanhol. Uma semana depois, caem na cama os que de mais perto haviam lidado com eles: a difusão da doença, e da morte, é agora imparável. O pânico e o desespero apoderam-se das populações:

Hoje uma, amanhã outra, depois todos os dias, as notícias de mortes com a pneumónica, ou a gripe espanhola como também lhe chamavam, não paravam de aumentar, juntando-se às mortes nas trincheiras da Flandres.

E corriam os boatos mais assustadores. Havia quem dissesse que era a água dos poços que estava envenenada; outras pessoas diziam que as cédulas de

tostão eram um perigoso meio de transmissão do micróbio da epidemia; outras, em Almorim, lembravam as profecias do *Caçador de Deus* e do *Bruxo do Granado* [dois pobres profetas].

[...] não demoraria muito para que o pânico e o desespero das pessoas as levassem a procurar, nos curandeiros e virtuosos, resposta para as interações e para a doença que, todos os dias, ceifava vidas. (*Idem*, 193 e 196-197)

Às directivas do Ministério da Saúde sobre os cuidados e remédios preventivos (lenço embebido em mezinha desinfectante e «gargarejos mentolados ou salgados, sais de quinino, sais amoniacaís, sais pungentes, ampolas de óleo canforado, mostarda e até linhaça») sobrepunham-se as «rezas e benzeduras, chás, pomadas e unguentos» dos «bruxos e curandeiros» que chegavam da serra. (*Idem*, 197-198)

A boa vontade não chegava para estancar o alastramento da epidemia. Por medo de contágio, as pessoas começam a evitar-se, a tapar-se melhor, a evitar falar, tocar, beijar ou comer com outra pessoa, a pôr um lenço na cara logo que alguém tossisse e a afastarem-se. Muito comércio fecharia portas: «café, vendas e a maior parte das lojas»; as zonas dos pobres eram evitadas pelos restantes, pois «sempre a pobreza foi rica em fome e doenças» (*idem*, 198). Quando alguém morria, só os parentes próximos iam ao funeral. Os bens de mais uso pelo defunto eram queimados ou enterrados, e perfumava-se a sua casa (*idem*, 199).

A partir de certa altura, e para não assustar a população (sobretudo os doentes e acamados), acordou-se interromper o toque do sino da igreja em Almorim e os «funerais passaram a fazer-se em silêncio». (*Ibidem*)

Num ambiente de medo e «horror» face ao espectro da doença mortal, vem ao de cima o pior do ser humano: o ostracismo dos parentes da vítima inicial (o soldado João Colaço), com a sua posterior designação estigmatizante de *Tinhosos* (*idem*, 196). Aqui tem paralelo com o supramencionado romance de Assis Pacheco.

Em termos estilísticos, este é o romance histórico que, no conjunto, mais preocupadamente articula realismo, maravilhoso e fantástico, História e imaginário popular, para a caracterização daquela época e ambiente social.

Memorialismo, arma política das elites

No memorialismo são também raras as alusões à pneumónica. Nem Raul Brandão nem Aquilino Ribeiro (1974), cujas memórias envolvem este período, lhe foram sensíveis, desviando o olhar para a política e a fi-

gura de Sidónio.³ Essas alusões podem ser repartidas por dois grupos, um favorável a Sidónio – a condessa de Ficalho (Martins 1921), visconde do Porto da Cruz (1928) e António Cabral (1932), – e outro crítico – F. Keil do Amaral (1970), Emídio Santana (1987) e Armindo Rodrigues (1998). Sintomaticamente, os primeiros eram de extracção social elevada, e os segundos oriundos da classe média ou do operariado e ligados ao republicanismo ou à esquerda política. A excepção é Sarmento Pimentel (1974), que fica a meio caminho. Começo por este.

O oficial militar Sarmento Pimentel refere-se à digressão de Sidónio pelo país e ao seu acompanhamento de doentes da pneumónica com algum detalhe:

Também lhe granjeou adeptos a solicitude e caridade para com os doentes, aos milhares, que, por todo o País, vinham lutando contra a pneumónica, sem assistência, sem recursos, até sem gente para enterrar os mortos. [§] Ele ia visitar os lugares mais pobres e mais dizimados, consolar os doentes, providenciando-lhes médico, remédios, alimentos, e sem receio de ser contaminado pela terrível epidemia. [§] Em Amarante, onde tinha parentes, andara pelas aldeias com uma turma da Cruz Vermelha em ambulâncias para socorrer os doentes desamparados, pois ali «a espanhola» era tão brava que todos fugiam ao contágio e nem aos próprios animais poupava. Deu-se o caso espantoso e terrífico na família dos Castros, que fora passear a Madrid e, no regresso à quinta[,] falecera dum dia para o outro o marido e a mulher, bem assim o padre que lhes fez o enterro, o sacristão, os quatro homens que pegaram no caixão, a cozinheira, os cães, e o gado de serviço e custeio. (Pimentel 1974, 191)

Sarmento Pimentel apodaria tal digressão «romaria de samaritano, cujo êxito ninguém punha em dúvida», embora o ambiente fosse de «guerra civil» (*idem*: 192).

O próprio Sarmento Pimentel seria atingido pela «espanhola» (que diz só seria designada por *pneumónica* mais tarde), pouco após ter aceite o convite de Sidónio para chefiar o Esquadrão de Cavalaria da GNR no Porto. Esteve «com um pé na cova», passando nove meses no Hospital Militar do Porto para se restabelecer (*idem*, 191-193). O futuro seareiro descreve a época como apocalíptica, sedenta de figuras sebastiânicas redevotas da grei (Pimentel 1974, 205-206).

O empenho pessoal do chefe de Estado no combate à epidemia é exaltado pela condessa de Ficalho, por ocasião duma sua visita oficial a Sintra

³ Brandão falará, porém, do precedente *tabardilho* – Brandão (2000 [1933], 85).

(Martins 1921, 133), e pelo visconde do Porto da Cruz (1928, 5). Sidónio daria o mote, pondo os seus filhos Afonso e Pedro a liderar o auxílio voluntário aos doentes na freguesia lisboeta da Ajuda (Martins 1921, 133).

Já o visconde (*ibidem*) alude à gripe como uma «peste» e «uma maldição do Ceu», que atingiu a Escola de Guerra, onde então estava, instalando-se o «pânico» aquando do falecimento dum colega, Rebocho de Albuquerque, e do adoecimento doutros. A escola foi temporariamente encerrada, e o visconde partiu para Sintra, onde então estava o «Grande Sidonio Paes» e o seu Estado-Maior (*idem*, 6).

O contexto multiplamente trágico é recordado pelo escritor monárquico António Cabral (1932, 385): «A juntar-se a tantas desgraças, novas desgraças trouxe ao paiz a grippe, de character pneumónico. A terrível doença arrebatou vidas sem conta, e, entre ellas, a de um querido amigo meu, cuja perda ainda hoje deploro.»

Na sua referência à gripe, Keil do Amaral reproduz a carta do soldado Celestino Loureiro Xavier, enviada desde a frente de guerra para a mãe do autor (sua amiga conterrânea), o qual ouviu dizer «que anda ahí uma doença muito má» e que sugerira a Nazaré (sua esposa?) que se a doença chegasse à terra para abalar para França (Amaral 1970, 222). O autor, então moço, diz que todos escaparam, em parte pelos cuidados preventivos: «Gargarejávamos com desinfectantes e tomávamos pastilhas de manhã à noite» (*idem*, 222). Porém, os sinos tocavam quase diariamente, «famílias inteiras» desapareceram ou «ficaram dramaticamente reduzidas», como a dos Vargas, que era uma *troupe* de comediantes, e cuja tragédia e provações evoca com «emoção e enternecimento» (*ibidem*).

Emídio Santana (1987, 33) faz o relato mais cru da devastação, ele que era então estudante numa família de operários e se tornaria um dirigente anarco-sindicalista:

No final de 1918 a «pneumónica» grassava intensamente criando um estado de pânico colectivo. Era frequente ver-se nas ruas grupos de pessoas consternadas que comentavam a morte recente deste ou daquele vizinho, e os funerais às vezes sucediam-se, a caminho dos cemitérios. Como as carretas funerárias não acudiam a tantos funerais, algumas vezes se via os caixões serem transportados «a pau e corda», vulgar meio de transporte de mobílias e mercadorias, pelos chamados moços de fretes.

Tal como o visconde do Porto da Cruz, António Cabral e F. Keil do Amaral, também o então estudante Armindo Rodrigues (1998, 83) se refere à pneumónica por esta ter atingido um próximo, no caso, o seu pai, que viria a falecer, após uma «agonia demorada e penosa». Na memória

do poeta ficou gravada a imagem do seu pai moribundo: «cuido sentir-lhe o arquejo aflito e ver-lhe os olhos ternos e baços, fitos nos meus, atónitos e impotentes» (*ibidem*).

Imagens do sidonismo ou as multidões errantes

As imagens reiteram, em parte, o memorialismo e a ficção. Outrossim trazem novos contornos: nelas sobressai a sociedade de massas que então irrompia no país.

As multidões estão presentes em muitas das imagens, seja para comparecer nos inúmeros eventos políticos e cívicos, seja para tratar da sua sobrevivência. Note-se que a simples ida de Sidónio a uma urbe do interior é motivo para um «banho de multidão», fruto da curiosidade colectiva em ver esta figura magnética mas ainda pouco conhecida, aliada à adesão ideológica ou irracional dalguns ao seu carisma.⁴ Várias destas ruas são, porém, politicamente procuradas e calculadas, pois remetem para as visitas do presidente aos novos locais com cozinhas económicas ou da assistência, bem mais fáceis do que as visitas aos hospitais e asilos em contexto epidémico que, porém, Sidónio não evita, antes demanda, ansioso de reconhecimento e legitimação política e social, assim reforçando-se como redentor do povo junto de largas camadas da população (Silva 2006, 312).

Com ligação à pneumónica, apenas nos surgem as fotos relativas às visitas e deslocações de Sidónio no âmbito da assistência oficial, fosse de âmbito alimentar ou médico. A maioria é do fotógrafo Joshua Benoliel, mas também há algumas fotos não identificadas, no espólio da Cruz Vermelha Portuguesa, e que remetem para as suas instalações assistenciais: o Hospital dos Tifosos no Porto, as brigadas antipneumónica, o Hospital da Junqueira e o seu Orfanato, este recolhendo crianças que haviam ficado sem pais devido, maioritariamente, aos efeitos trágicos desta epidemia.

Em menor número, e para grupos mais restritos, temos as imagens que nos restituem os officios, os lazeres e os episódios do quotidiano. Seja por que ângulo as virmos, a rua impera.

⁴ Como refere Oliveira Marques (1973, 274-275), «A mística do ‘chefe’, que tão importante se iria revelar mais tarde, encontrou em Sidónio o seu primeiro representante no nosso século XX. Para um racionalista da escola tradicional [isto é, os republicanos da dita República Velha], era difícil ou mesmo impossível compreender este fenómeno novo – inexistente, pelo menos, desde D. Miguel – e avaliar a sua dimensão como perigo futuro.»

É uma sociedade marcada pela deambulação das massas a que passa defronte dos nossos olhos. Há duas colecções preciosas para o comprovar: as de Joshua Benoliel (Tavares 2005) e de Ferreira da Cunha (Castelo 2003).

A vida da elite, das elites (sobretudo da política, mas também a elite social), está lá, também em destaque, mas o que marca, em claro contraste com a iconografia do Estado Novo, é esta irrupção espontânea e expectante das multidões, em evidente oposição à geometria fria, cinzenta, programada e cheia de uniformes estatais (as «fardas») do longo ciclo ditatorial.

Noutro manancial icónico, a caricatura (e tomando Silva Monteiro como autor modelar), impõe-se a análise da política interpartidária, indo duma adesão discreta ao sidonismo até aos avisos desiludidos quanto ao cenário de ruptura iminente por uma fronda anti-sidonista (v. Rodrigues 1979, 115-123; Vieira 1999, 188-213; e Samara 2002a, 138-163).

Crises, inseguranças, refúgios e olvidos

Pese alguns momentos de renovo – como a libertação face ao clientelismo afonsista, o fim da guerra e o aumento das subsistências –, o surgimento da pneumónica insere-se numa «conjuntura de crise bastante problemática para a sociedade portuguesa» (Girão 2003, 136).

A agitação política e militar, a guerra,⁵ a fome, a miséria, os problemas com o abastecimento alimentar, as constantes greves, a continuação da fuga emigratória,⁶ etc., reforçavam a instabilidade e a incerteza em muitos. A junção das epidemias, da tuberculose e da mortandade agrava a impotência e a insegurança ontológica, alastrando o sentimento de vulnerabilidade individual a largos estratos populacionais, incluindo a parte das elites.

A convergência conservadora e contra-revolucionária cavalga então a onda messiânica, católica intransigente e ultranacionalista, com implicações nos campos religioso e político. Faz sentido: Sidónio, que estava «entre dois mundos» (Samara 2002b, 18), o conservador e o moderno,

⁵ Somando as frentes francesa e africana, a I Guerra Mundial causou cerca de 35 mil baixas no contingente militar luso, entre mortos, feridos e inutilizados por doença (cf. Castelo 2003, 22).

⁶ É este decénio o que regista mais emigração em proporção à população: Portugal perde então 6,7% da sua população, numa média anual de mais de 40 mil saídas (Vieira 1999, 208).

foi um precursor mitigado da onda autoritária internacional (Telo 1977, 149-151; Meneses 2000, 220-225; Silva 2000, 334).⁷ Após a sua morte, a Igreja (ou parte dela, o jornalismo católico institucional, pelo menos), apresentá-lo-á como «Mártir e Santo da liturgia cristã-católica messiânica» (Silva 2006, 366; também Garrido 1994; e Medina 1994, 174).

Não é de estranhar, pois, o recurso ao misticismo (que ganha um forte impulso nas chamadas «aparições de Fátima»),⁸ às procissões (Frada 2005, 270), aos messianismos vários, aos salvadores da pátria. Como diz Girão (2003, 136):

O pânico gerado pela doença terá contribuído para a adopção de algumas atitudes comportamentais pouco habituais em tempos normais. Face às dificuldades de actuação médica e perante a incerteza do futuro próximo, muitas pessoas, amedrontadas e desesperadas, viraram-se para a religião, afinal, como tantas vezes acontece em situações semelhantes. [...] À fragilidade física das pessoas, sobrepunha-se a fraqueza emocional, situação bem evidente quando as autoridades administrativas aconselhavam a que não se tocassem os sinos das igrejas⁹ enquanto decorresse a epidemia, para não recordar às pessoas o falecimento de seus entes queridos e para afastar a ideia de que a morte se encontrava presente a qualquer momento.

A impotência gerou desespero e desânimo, mesmo entre aqueles que lideravam a sociedade nalgumas das principais esferas. Foi o que sucedeu com políticos, clínicos e forças de segurança, como alude Girão (2003, 136) para o Algarve. Na literatura vimo-lo também, nas memórias de escritores, todos não profissionais.

Os escritores abordaram a época através da ficção, exclusivamente através do romance histórico (as excepções serão Raul Brandão, Aquilino e José Gomes Ferreira, que só recorrem ao memorialismo). A sua prioridade vai para a avaliação do sidonismo, sendo a pneumónica apenas contemplada em cinco dos 12 romances rastreados. Trata-se de obras dos ficcionistas Alves Redol, Mário Cláudio, Artur Villares, Fernando Assis Pacheco e Joaquim Mestre, todas recentes, face à época em apreço. Devolvem-nos um olhar desalentado sobre a vida dos portugueses, no qual a doença funciona como episódio duma tragédia colectiva mais ge-

⁷ É extensa a literatura neste sentido, com a excepção relevante de Malheiro da Silva (para ambos v. Silva 2000 e 2006).

⁸ Sintomaticamente, o «pastorinho» Francisco Marto é também vitimado pela doença (a 4 de Abril de 1919), tal como a sua irmã Jacinta Marto (a 2 de Março de 1920).

⁹ Este aspecto é também referido por Redol (1972, 364).

nérica e aguda, com os seus reflexos nas condutas políticas e sociais vindouras. A excepção é o olhar mais «documental» sobre o pintor Amadeo e sua família, na obra de Cláudio.

O memorialismo também se centrou no sidonismo (ou na guerra, caso de Chagas, 1958).¹⁰ As suas alusões à pneumónica trazem outra riqueza informativa, advinda da maior disponibilidade para o vivido e as impressões pessoais. A dor e o luto são mais referidos, incluindo o dos doentes, além das estratégias medicinais.

As imagens revelam uma presença ainda mais fátua da pneumónica, que se pressente mais do que se vê: hospitais, poucos doentes e todos em pose «limpa», orfanatos e seus órfãos, enfermeiros e, sobretudo, as multidões, no seu quotidiano social ou político (a «sopa dos pobres», etc.). As descrições mais duras, como a de *O Século* de 25 de Outubro de 1918,¹¹ reduzem-se a meia dúzia de reportagens de imprensa, mas sem fotos. Também nesta dominava a contenda político-partidária (Sequeira, 2001, 54).

Juntas, estas fontes fornecem um contributo para a reflexão sobre a pneumónica e a sociedade do seu tempo.

A pneumónica alterou «a rotina quotidiana de toda a gente» (Girão 2003, 136) e, ao fazê-lo no sentido negativo, reforçou a insegurança colectiva. Esta, por sua vez, influenciou a difusão do irracionalismo, centrado nos quadros salvíficos e estimulando soluções de força para impor a redenção, redenção essa a um tempo política, social e religiosa.

A impotência e o choque que gerou foram tão fortes e o conjunto de problemas que a acompanharam eram tão prioritários (no critério subjectivo dos portugueses que tinham condições para se expressar publicamente)¹² que a pneumónica acabou relegada para segundo plano, pior, foi esquecida pelas gerações por ela atingidas. Este legado «contagioso» as gerações seguintes, a fazer fé nos poucos testemunhos existentes. Como se ao vírus da gripe sobreviesse o vírus do tabu, do não dito.

¹⁰ Porém, alguns testemunhos abordam a era sidonista superficialmente (v. panorâmica em Silva 2000, 349-357).

¹¹ «Alfama, Alcântara e Terramotos são colónias onde se estiola uma população faminta; por essas ruas, até pelas artérias mais centrais, andam velhos e crianças esqueléticas, com o olhar desviado dos cães famélicos, à procura de um naco de pão ou de um púcaro de água de caldo» (cit. in Trindade 1998, 42).

¹² Embora atingindo sobretudo as classes desfavorecidas, também faleceram figuras da elite, como o pianista António Fragoso (a 13 de Outubro), o maestro David de Sousa, os pintores modernistas Santa-Rita Pintor (a 29 de Abril) e Amadeu (a 25 de Outubro, já referido), o poeta algarvio João Lúcio e o segundo conde Álvaro Roque de Pinho.

Não obstante a pesada presença da epidemia, os rastros literários e iconográficos desta são escassos. O mesmo sucedeu na reflexão científica, até recentemente. É como se tivesse havido uma grande vontade de olvidar aquilo para que não havia explicação, nem científica, nem institucional, nem social. E, no entanto, esta foi a pior tragédia portuguesa do século XX, «e possivelmente de toda a nossa história» (Sequeira 2001, 54), a «mais mortífera» de sempre (Girão 2003, 49). Tal como diz Trindade (1998, 45), «os grandes protagonistas desta crónica foram numerosos e acabaram silenciosamente».

A curta duração da epidemia, o ambiente político-social conturbado de então e a incapacidade dos grupos mais atingidos para afirmarem uma memória colectiva e pública do sucedido (Frank, 1992) contribuíram para o fraco balanço de testemunhos a seu respeito, condicionando a subsequente reflexão escrita.

A sociedade desviou-se para outros caminhos: o esquecimento, a sobrevivência, a redenção da pátria através de figuras sebastiânicas.

Fontes

Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa.

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (para os espólios de Ricardo Jorge e Raul Brandão).

Arquivo Fotográfico de Lisboa do Centro Português de Fotografia (para o espólio de Joshua Benoliel).

Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa (para o espólio de Anselmo Franco, Alberto Carlos Lima e outros foto-repórteres).